

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 838.522 - RS
(2016/0002276-5)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DETRAN/RS
PROCURADOR : LUIS CARLOS KOTHE HAGEMANN E OUTRO(S) - RS049394
AGRAVADO : FLAVIS ROSI SILVEIRA DA CUNHA
ADVOGADO : ADEMIR BASSO E OUTRO(S) - RS056781

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio Grande do Sul - Detran/RS contra decisão assim ementada (e-STJ fl. 220-221):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. VEÍCULO CICLOMOTOR. LICENCIAMENTO E REGISTRO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC INOCORRENTE. ARTS. 120 E 130 DA LEI N. 9.503/1997. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

Em suas razões, a parte agravante sustenta a existência de omissão quanto a pontos relevantes para o deslinde da controvérsia, além da inaplicabilidade do óbice contido na Súmula n. 211/STJ ao caso vertente.

É o relatório. Decido.

Tendo em vista as argumentações trazidas pelo agravante, exerço o juízo de retratação previsto no art. 259 do RISTJ, para tornar nula a decisão agravada datada de 17/2/2016 (fls. 220-221).

Publique-se. Intimem-se.

Após retornem-me os autos conclusos.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator